



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 3561.2811

Estado de São Paulo

E-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br

Site: www.camarapirassununga.sp.gov.br

ENCAMINHE-SE AO SENHOR
PREFEITO MUNICIPAL

INDICAÇÃO
Nº 35017014

Sala das Sessões

07, 10, 2014.


PRESIDENTE

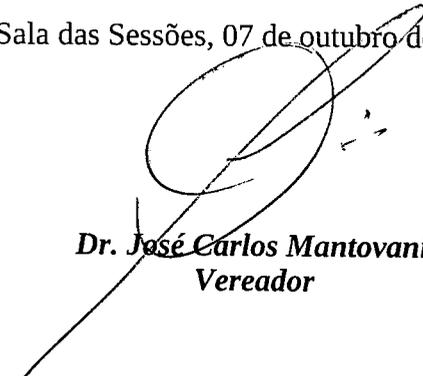
Considerando que este Vereador, através da Indicação nº 171/2013, solicitou a implantação de um Programa de Autogestão de Limpeza Pública nos moldes da cidade mineira de Timóteo, onde obteve grande êxito;

Considerando que, pelo programa, as associações de moradores, em regime de cooperação, ficam responsáveis pelos serviços de limpeza pública;

Considerando que os benefícios verificados naquela cidade foram observados a olhos nus, tais como melhora da limpeza pública, sobretudo em relação à capina de áreas de lazer.

Nestas condições, **INDICO** à Senhora Prefeita Municipal, pelos meios regimentais, estude possibilidade de implantar em nossa cidade o Programa de Autogestão de Limpeza Pública no modelo criado com sucesso em Timóteo (MG), reiterando indicação apresentada anteriormente, cuja cópia segue em anexo.

Sala das Sessões, 07 de outubro de 2014.


Dr. José Carlos Mantovani
Vereador

dmal



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 3561.2811

Estado de São Paulo

E-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br

Site: www.camarapirassununga.sp.gov.br

ENCAMINHE-SE AO SENHOR
PREFEITO MUNICIPAL

05 MAR 2013

INDICAÇÃO
Nº 71/2013

Sala das Sessões

PRÉSIDENTE

Considerando que este Vereador tomou conhecimento do sucesso do Programa de Autogestão de Limpeza Pública da cidade mineira de Timóteo, desde o ano de 1994, repetido em outros Municípios com igual êxito (vide documento anexo);

Considerando que o programa é oriundo de Lei Municipal que autorizou a criação de programa especial para execução de obras e serviços públicos através das associações de moradores, em regime de cooperação com objetivos de transferir a responsabilidade pelos serviços de limpeza pública às associações de moradores;

Considerando que, em Timóteo, o Conselho Comunitário, entidade que aglutina todas as associações de moradores da cidade, reuniu essas associações para explicar-lhes os benefícios que a iniciativa traria para a comunidade local. Os argumentos apresentados davam conta de que, com a participação da comunidade, a população se aproximaria da gestão dos serviços, cuja responsabilidade seria do presidente de associação de bairro, e por isso os moradores teriam de quem cobrar;

Considerando que à Municipalidade coube o repasse de recursos financeiros para pagamento do pessoal contratado. Estes são empregados do Conselho Comunitário que é uma associação civil sem fins lucrativos;

Considerando que Conselho Comunitário ficou responsável pela coordenação dos trabalhos desenvolvidos pelas associações de bairro (a cidade foi dividida em setores para melhor administrar) e ficou encarregado de administrar e transferir os recursos repassados pela prefeitura e a contratação de pessoal, estes apenas poderiam ser moradores do bairro;

Considerando que a Associação de Bairro, através de seu presidente, zelaria pela execução dos serviços, e eficiência (a cada 100 imóveis, um agente de limpeza), quesitos que influenciaram nas eleições posteriores do representante do bairro, fato que demonstra a participação popular;

Considerando que o programa trouxe diversos benefícios; tais como: a limpeza pública melhorou consideravelmente, sobretudo em relação à capina de áreas de lazer; houve diminuição do índice de desemprego nos bairros; houve economia por parte da Municipalidade; preservação do meio ambiente, eis que questões ambientais eram dirigidas diretamente à Secretaria do Meio Ambiente, dentre outros, ressaltando a participação popular.



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 3561.2811

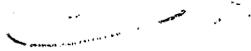
Estado de São Paulo

E-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br

Site: www.camarapirassununga.sp.gov.br

Nestas condições, **INDICO** à Senhora Prefeita Municipal, pelos meios regimentais, estude possibilidade de implantar em nossa cidade o Programa de Autogestão de Limpeza Pública no modelo criado com sucesso em Timóteo (MG), auxiliando, se necessário, a criação de um Conselho Comunitário, ou algum departamento a gerenciar as associações de moradores.

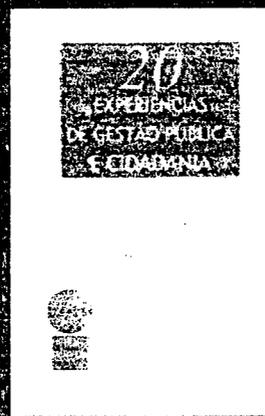
Sala das Sessões, 05 de março de 2013.


Dr. José Carlos Mantovani
Vereador

Programa Gestão Pública
e Cidadania

Programa
Autogestão da Limpeza
Pública de Timóteo

Marco Antonio Carvalho Teixeira



Versão em formato PDF

finalistas do ciclo de
premição 1998

Originalmente publicado em:

20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania

**Luis Mario Fujiwara, Nelson Luiz Nouvel Alessio
e Marta Ferreira Santos Farah (orgs.)**

*Copyright © Luis Mario Fujiwara, Nelson Luiz Nouvel Alessio e
Marta Ferreira Santos Farah*

Direitos da edição reservados ao
Programa Gestão Pública e Cidadania
Av. 9 de Julho, 2029 – 2º andar da Biblioteca
01313-902 – São Paulo – SP
Tel: (11) 3281-7904 / 3281-7905
Fax: (11) 287-5095
E-mail: inovando@fgvsp.br
<http://inovando.fgvsp.br>

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

É permitida a reprodução total ou parcial desta obra, desde que
citada a fonte.

1ª edição – 1999

Revisão dos originais: Nelson Luiz Nouvel Alessio
Revisão: Luis Mario Fujiwara
Consultoria Gráfica: Wilson Barros
Capa: Polo Editor

Versão gráfica em formato PDF: Liria Okoda

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Karl A. Boedecker da
Escola de Administração de Empresas de São Paulo da
Fundação Getúlio Vargas (FGV/EAESP)**

20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania/
Luis Mario Fujiwara, Nelson Luiz Nouvel Alessio e Marta Ferreira Santos
Farah (orgs.) / São Paulo:
Programa Gestão Pública e Cidadania 1999

240 p.

1. Projetos comunitários – Brasil. 2. Projetos de desenvolvimento – Brasil.
I. Fujiwara, Luis Mario, 1971 -. II. Alessio, Nelson Luiz Nouvel, 1958 -. III. Farah,
Marta Ferreira Santos, 1952 -. IV. Programa Gestão Pública e Cidadania

CDU-35(81)

Programa Autogestão da Limpeza Pública de Timóteo

TIMÓTEO (MG)

Marco Antonio Carvalho Teixeira¹

Apresentação

Localizada na região leste do estado de Minas Gerais, a cidade de Timóteo, com 59.399 habitantes², forma com Ipatinga e Coronel Fabriciano o conjunto dos principais municípios do Vale do Aço, denominação que provém da concentração de usinas siderúrgicas na região. A principal atividade econômica é desenvolvida pela Companhia Siderúrgica Acesita, empresa que gera cerca de 5.000 empregos diretos e que tem importância fundamental no equilíbrio financeiro do município.

A experiência em estudo é o Programa de Autogestão da Limpeza Pública. Funcionando há mais de três anos, essa iniciativa vem tendo uma grande repercussão no município e já foi replicada em outras cidades da região. O objetivo deste artigo é o de fazer o resgate histórico da experiência, priorizando seu impacto sobre a sociedade local e buscando identificar as inovações existentes.

1. Sociólogo, mestrando em ciência política na PUC-SP e pesquisador do CEDEC.

2. População estimada, anuário estatístico, IBGE 1994

Descrição do programa

O Programa Autogestão da Limpeza Pública do município de Timóteo é resultado de um projeto de lei, enviado à Câmara Municipal em março de 1994 por um vereador bastante incomodado com as constantes reclamações em relação à qualidade dos serviços prestados pela empresa que detinha a concessão para a varrição e capina das ruas; com existência de vários pontos de lixões clandestinos em diversos pontos da cidade, e com o custo que esse serviço representava na composição das despesas orçamentárias do poder público municipal.

3. Ata da 7ª reunião da Câmara Municipal de Timóteo, datada de 28/03/94.

No texto original do projeto de lei o que se enunciava era um pedido de “autorização para a criação de programa especial para execução de obras e serviços públicos através das associações de moradores, em regime de cooperação”³. Os objetivos contidos na iniciativa já sinalizavam na direção de que o poder público deveria transferir a responsabilidade pelos serviços de limpeza pública às associações de moradores, sem deixar claro de que forma isso ocorreria.

O apoio da comunidade local expressou-se pela mobilização dos mais diversos setores para pressionar os vereadores a votarem a favor da aprovação do projeto. O Conselho Comunitário – entidade que aglutina todas as associações de bairro da cidade - encarregou-se de reunir todas as associações, com o objetivo de explicar-lhes os benefícios que a iniciativa traria para a comunidade local. Os argumentos iam na direção de que a lógica participativa presente no projeto contribuiria para aproximar a população da gestão dos serviços. A implementação dessa iniciativa faria do presidente de associação de bairro o responsável pela eficiência de todo o trabalho a ser desenvolvido. Em caso de ineficiência, a população local saberia de quem cobrar.

Após percorrer todos os trâmites necessários e receber algumas emendas, o Projeto de Lei n.º 1244, de 16 de março de 1994, foi aprovado por unanimidade pelos quatorze vereadores presentes à 10ª reunião extraordinária da Câmara Municipal, realizada em 26 de maio de 1994, e foi sancionado pelo prefeito em 13 de junho do mesmo ano. Com isso, o Executivo foi autorizado a fornecer todos os recursos necessários para que as associações de bairro passassem a realizar os serviços de limpeza pública sob a coordenação do Conselho Comunitário.

O Conselho Comunitário, além de coordenar o trabalho desenvolvido pelas associações de bairro, ficou encarregado de realizar o controle financeiro dos recursos repassados pela prefeitura e a contratação de pessoal⁴. Os funcionários contratados teriam, obrigatoriamente, que residir nos bairros onde executariam o trabalho. Este, aliás, foi um dos pontos mais realçados para a aprovação do projeto. O fato de os novos empregados da limpeza pública serem recrutados somente entre os moradores dos bairros reduziria despesas com os custos de vale-transporte e teria efeitos benéficos para a alimentação e a higiene pessoal dos trabalhadores.

Segundo o autor da iniciativa, mesmo com o projeto aprovado por unanimidade, muitos parlamentares não acreditavam no sucesso da experiência. O então prefeito⁵ afirma ter sido um dos maiores incentivadores da experiência e não ter encontrado qualquer tipo de problema para o rompimento do contrato de prestação de serviços que mantinha com uma empreiteira. Para ele, iniciava-se um trabalho resultante do amadurecimento das atividades dos movimentos comunitários, atuantes na cidade desde o início da década de 80.

Após todo o processo de implantação e de definição das responsabilidades, o Programa Autogestão da Limpeza Pública entrou em funcionamento em agosto de 1994. Alcançou todo o território do município, passando cada bairro a ter um responsável pela manutenção da limpeza pública, que também se encarrega de identificar os pontos ambientalmente degradados, para que se inicie o processo de recuperação e de reapropriação do espaço pelos moradores com a construção de praças e áreas de lazer.

Objetivos e ações desenvolvidas pelo programa

Quando da formulação do projeto de lei, o objetivo principal era o de melhorar a qualidade dos serviços de limpeza pública. Os serviços de varrição e capina das ruas vinham sendo realizados pela empresa Ápia Construtora há mais de dez anos. O recolhimento e destinação final do lixo eram realizados pela prefeitura.

Os serviços executados pela Ápia obedeciam ao seguinte cronograma: 1) a varrição ocorria duas vezes por semana em cada bairro;

183

4. Para a contratação de pessoal, a associação de bairro indica as pessoas e o Conselho Comunitário, através de entrevistas realizadas por psicólogo, assistente social e técnico de segurança, decide sobre quem irá ser admitido.

5. Entrevista concedida ao autor por Leonardo Rodrigues da Cunha, prefeito de Timóteo no período (1992-1995) em que foi aprovado o projeto de lei transferindo a responsabilidade da limpeza pública para as associações de bairro.

2) a capina era realizada quinzenalmente por uma equipe específica. Os bairros, que não possuíam pavimentação, não eram atendidos pelos serviços de varrição e a capina era efetuada mensalmente. Essas atividades eram realizadas por cerca de 185 funcionários da empresa, vindos em sua maioria de outras cidades, com uma remuneração que não ultrapassava o salário-mínimo.

Notou-se que, além de transferir a responsabilidade da limpeza pública para os grupos comunitários, também eram necessárias outras iniciativas como: identificação de áreas degradadas, recuperação das áreas de lazer e desenvolvimento de projetos com o objetivo de melhorar a consciência ambiental dos cidadãos.

A contratação dos novos funcionários entre a própria população dos bairros foi vista como uma medida positiva, pois viria amenizar os problemas de desemprego, agravado após a privatização da Acesita, cujo pessoal foi reduzido em cerca de 50%.

O poder público esperava obter diversas vantagens com a iniciativa, dentre as quais: 1) a melhoria da qualidade dos serviços e 2) uma significativa redução do valor pago pela realização dos serviços. A redução de custos decorre da eliminação da margem de lucro da empresa antes contratada. Além disso, o fato de o Conselho Comunitário ser considerado uma entidade de utilidade pública também implica uma série de benefícios fiscais e contribui para a diminuição do custo final dos serviços.

A melhoria da qualidade dos serviços era esperada pelo fato de cada associação ter de assumir a responsabilidade pela operacionalização do trabalho, feito com maior eficiência já que o presidente da associação reside no próprio bairro e tem interesse em agradar os moradores. A eficiência dos serviços de limpeza passa a ter peso no processo eleitoral das associações de bairro, pois os moradores são os eleitores dos dirigentes comunitários.

Dividiu-se a cidade em sete setores, que abrangem os 39 bairros existentes. Para cada um dos setores, foi criada a figura do supervisor, cuja função é orientar e fiscalizar os trabalhos desenvolvidos diariamente. Além da limpeza e da capina, os novos responsáveis pelos serviços fazem a identificação de áreas degradadas e de riscos, para que a prefeitura acione a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, providen-

ciando as intervenções necessárias à recuperação e à reapropriação da área pela população local.

Com a implantação do programa, ganharam o poder público, os funcionários, os moradores e o meio ambiente local. A redução do custo dos serviços é significativa. O custo mensal do trabalho coordenado pelo Conselho Comunitário é de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), enquanto a própria Ápia, antiga prestadora dos serviços, estima que cobraria mensalmente em torno de 186.000,00 (cento e oitenta e seis mil reais) para a retomada das atividades nos mesmos moldes em que vêm sendo desenvolvidas.⁶

Aqueles que realizam os serviços também foram beneficiados. Além de morarem nas proximidades do local de trabalho, os garis contam com um plano de carreira e um patamar salarial que oscila de R\$ 130,00 a R\$ 216,00. Segundo dados fornecidos pelo Conselho Comunitário, dos 367 funcionários que realizam a limpeza pública, 40 recebem mensalmente R\$ 130,00 como Auxiliares de Serviços; 265 recebem R\$ 167,00 como Auxiliares de Serviços I, e os outros 62, que estão na categoria de Auxiliar de Serviços II, têm uma remuneração mensal no valor de R\$ 216,00.

Além da elevação do patamar salarial e do estabelecimento de um plano de carreira, os profissionais da limpeza passaram a contar com uma cesta básica fornecida pela prefeitura e com um plano de saúde. É importante destacar que esses benefícios não eram oferecidos pela empresa que detinha a concessão dos serviços. Cabe destacar também que desde 1997, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, iniciou-se um curso de alfabetização dirigido a esses trabalhadores.

Para o conjunto dos moradores, os resultados imediatos foram a melhoria dos serviços prestados e também a recuperação das áreas degradadas da cidade. Com isso, os serviços de limpeza urbana que liderava o *ranking* de reclamações da prefeitura (70% de todas as reclamações diárias)⁷ passou a ter aprovação de 56% da população. Esse índice de aprovação foi verificado através de uma pesquisa⁸ de opinião encomendada pelo Conselho Comunitário.

Um outro fator positivo decorre da parceria firmada entre o Conselho Comunitário e a Fundação Acesita. O Departamento de Meio

6. Os dados referentes ao custo dos serviços para o conselho e para a empresa foram fornecidos pela diretoria do próprio conselho, a pedido do autor. Segundo esses diretores foi a própria empresa que forneceu um orçamento com o valor que cobraria para a realização dos trabalhos.

7. Esse índice baseia-se em informação da diretoria do conselho.

8. Pesquisa realizada pelo Instituto Tabulare com sede na cidade de Ipatinga, através de amostras estratificadas por quotas definidas por idade, distribuição geográfica, perfil socioeconômico e nível de escolaridade. Os resultados globais, com 414 moradores, apontam que 56,03% dizem que os serviços melhoraram, 14,73% dizem que os serviços pioraram; 22,46% alegam que não melhoraram nem pioraram, e 8,76% não responderam.

- ☉ Ambiente da Siderúrgica Acesita vem realizando cursos, cujo enfoque é a modificação dos hábitos de alimentação e a melhor adequação do lixo residencial. Cabe ao Conselho mobilizar o público-alvo, que tem sido preferencialmente os funcionários da limpeza urbana e os alunos das redes pública e privada de ensino.

A iniciativa vem trazendo vários benefícios e tem demonstrado um caráter bastante inovador, em se tratando da gestão dos serviços de limpeza urbana. Por envolver um setor que mobiliza valores elevados de recursos públicos, o que o torna muito permeável à corrupção, é comum verificarmos a existência de várias contestações judiciais de licitações públicas, e denúncias envolvendo o superfaturamento dos serviços em diversas cidades.

O fato de se retirarem esses serviços das mãos de uma empreiteira, que o realizava há mais de dez anos, demonstra uma grande ousadia. Essas empresas são consideradas grandes financiadoras de campanhas eleitorais. Com isso, rompe-se com uma lógica muito comum nos municípios, que é a privatização de todo sistema de gerenciamento dos resíduos sólidos sob a alegação de ineficiência do setor público.

Os fatores de inovação e o impacto do programa

A iniciativa representa vários aspectos inovadores em se tratando de uma política vinculada à gestão dos resíduos sólidos. O primeiro manifesta-se pela ousadia de repassar para as organizações comunitárias a tarefa de executar um serviço público, que tradicionalmente é um dos mais cobiçados pelos grupos privados.

O segundo é que a transferência dos serviços para os grupos comunitários organizados provocou dois efeitos imediatos: 1) a população sabe onde localizar o responsável pelos serviços em caso de reclamações ou até mesmo de sugestões, além de participar das reuniões mensais de avaliação das atividades, e 2) o fato de o trabalho ser realizado apenas por moradores do bairro provoca um clima amistoso entre a população residente e os agentes da limpeza, pois ambos dividem cotidianamente o mesmo espaço.

Um terceiro aspecto manifesta-se através da amenização do de-

semprego. Os agentes de limpeza do sexo masculino afirmam que, antes de ingressarem no Programa Autogestão, ou estavam desempregados ou sobreviviam de serviços eventuais. As mulheres trabalhavam como empregadas domésticas ou como faxineiras diaristas em diversas residências. Todos os entrevistados destacam que o fato de serem contratados pela CLT, de receberem regularmente cestas básicas e de fazerem uso de um plano de saúde representam ganhos e uma maior tranquilidade no dia-a-dia de suas famílias.

O quarto aspecto refere-se à economia de recursos públicos. De acordo com dados fornecidos pelo Conselho Comunitário, o trabalho desenvolvido possibilita uma economia superior a 50%. Outra vantagem é que os trabalhadores da limpeza recebem mais benefícios diretos e contam com equipamentos de segurança no trabalho.

Por último, a própria população tem reconhecido uma maior eficiência dos serviços de limpeza após a implantação do Programa Autogestão. Os serviços anteriormente prestados pela Construtora Ápia envolviam um total de 185 pessoas entre garis e supervisores. Hoje sob a coordenação do Conselho Comunitário e execução das associações de bairro, o Programa Autogestão envolve 389 funcionários entre auxiliares de serviços, técnicos de segurança e supervisores, realizando diariamente a limpeza e capina de todos os bairros da cidade, embora a um custo inferior.

Para se conseguir uma distribuição adequada do número de funcionários trabalhando nos bairros sem criar qualquer tipo de privilégio, o Programa Autogestão adotou o critério de que para cada 100 imóveis haverá um agente de limpeza. Segundo os coordenadores do Programa, esse número garante um padrão de eficiência dos serviços e mantém a qualidade de vida no desenvolvimento dos trabalhos, além de se evitarem distorções ou qualquer possibilidade de interferência política, favorecendo um determinado bairro.

Em se tratando de parcerias do poder público com as organizações comunitárias, não se tem registro de experiências similares em outras cidades. Indagado sobre a origem da idéia, o autor do projeto de lei diz ter-se inspirado nas experiências de mutirão vivenciadas desde os tempos em que militava nas associações de bairro.

10 Segundo os membros do Conselho Comunitário, o Programa Autogestão tem sido procurado por várias outras prefeituras, que buscam conhecer sua metodologia de funcionamento. Isso tem feito com que experiências semelhantes sejam implantadas em algumas cidades próximas ao município de Timóteo. Iniciativa semelhante já foi implantada em Coronel Fabriciano. Em breve, outra entrará em funcionamento no município de Nova Era. Em Ipatinga, apesar de existir uma estrutura diferenciada, há experiência em desenvolvimento que guarda certa semelhança com o Programa Autogestão.

Da fonte de recursos, dos custos e da eficiência

A única fonte de recursos para a manutenção do Programa é o repasse de verbas do poder público. Isso ocorre por força da lei aprovada pelo Legislativo e os recursos fazem parte do orçamento municipal.

O gasto mensal com a limpeza pública em julho de 1998 era de R\$ 120.000,00, incluindo todos os custos operacionais e de pessoal. O prefeito afirma que a iniciativa possibilitou uma economia de quase 36% para os cofres públicos. Baseia-se em uma consulta feita à empresa que realizava os serviços, a qual orçou em R\$ 186.000,00 o custo mensal de seus serviços, se fosse para manter o padrão atual.

Para o prefeito, a redução dos custos decorre principalmente de dois fatores: a eliminação da margem de lucro com a qual opera qualquer empresa do setor, e as isenções fiscais de que goza o Conselho Comunitário.

O Conselho Comunitário beneficia-se das seguintes isenções fiscais: 1) não precisa recolher 4,5% de Imposto de Renda sobre o faturamento bruto; 2) está isento de recolher 2% do Confins sobre a renda total; 3) não possui obrigatoriedade do recolhimento do PIS (0,65% sobre a receita) e do ISS (3% sobre a receita total). Está em fase de conclusão o cadastramento da entidade no Conselho Nacional de Assistência Social, o que implicará na isenção parcial do recolhimento do INSS.

Desde que se iniciou a experiência (agosto/94), o Programa Autogestão não sofreu nenhum atraso no repasse dos recursos necessários para o pagamento de seus funcionários, embora a prefeitura, du-

rante a gestão anterior, tenha atrasado o salário do funcionalismo público em até seis meses. Atualmente, os funcionários do Programa Autogestão recebem seus salários rigorosamente em dia e os funcionários públicos estão recebendo os salários com dois meses de atraso. Os funcionários da limpeza não sofreram também qualquer interrupção no recebimento das cestas básicas e na utilização do plano de saúde.

A maior dificuldade enfrentada pelo Programa Autogestão foi o não-pagamento da contribuição ao INSS durante 15 meses. Três meses no final do mandato do prefeito Leonardo Rodrigues (1992-1996), e os doze primeiros meses do mandato do atual prefeito. Esse problema já foi solucionado com a negociação do débito junto ao Ministério da Previdência

Na relação custo-eficiência, é importante destacar que o Programa Autogestão significou uma sensível redução nos custos que a Prefeitura pagaria pelos serviços, além de ser uma iniciativa que vem sendo largamente aprovada pela população. Na última eleição municipal, atribuiu-se a derrota do candidato do PT - um ex-prefeito da cidade, ao fato de ele ter proposto mudanças no Programa Autogestão e de ter questionado sua legalidade no que se refere à Lei de Licitação.

Cabe ainda destacar que pelo fato do setor da limpeza pública representar uma área muito permeada pelos interesses dos grupos privados, os formuladores dessa experiência tiveram uma imaginação extremamente criativa, que veio contribuir não só para a economia de recursos públicos, com também para a melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente da cidade, e ainda possibilitar a geração de novos empregos para a população local.

Do gerenciamento do programa, das parcerias e dificuldades

O Programa Autogestão é gerenciado pelo Conselho Comunitário, entidade que congrega todas as associações de bairro de Timóteo, em conjunto com as associações de moradores. As parcerias vão além da realização da limpeza e envolvem atores sociais como a prefeitura e a Fundação Acesita.

Cabe ao Conselho administrar os recursos, contratar pessoal, su-

12 prir toda a necessidade de material operacional e coordenar o trabalho das associações. O Conselho realiza uma reunião mensal para avaliar o desempenho do programa.

Cabe às associações de moradores a tarefa de fiscalizar em seus bairros o desempenho dos serviços, fazer o cadastramento de pessoal caso precise de funcionários e enviar o cadastro ao Conselho, que realiza entrevistas e exames médicos e decide quem será contratado. O candidato passa também por entrevista com um psicólogo e recebe orientação de um técnico de segurança. As associações realizam uma assembléia mensal para avaliar o desempenho de suas atividades no bairro.

A prefeitura repassa recursos, adota as iniciativas necessárias à melhoria do meio ambiente e investe na formação e qualificação dos trabalhadores. Cabe ao Programa Autogestão a identificação de áreas de risco ou de espaços degradados, para que a Secretaria Municipal do Meio Ambiente realize as intervenções necessárias nestes locais. Para formação e qualificação de trabalhadores da limpeza, há um curso de alfabetização iniciado no ano de 1997, fruto de uma parceria com a Secretaria Municipal de Educação.

O Programa Autogestão também vem atuando em parceria com a Fundação Acesita em um curso, cuja ênfase é a melhoria dos hábitos alimentares e a utilização adequada do lixo doméstico. Além disso, o Conselho tem procurado mobilizar as escolas locais, no sentido de que seus alunos participem dessa iniciativa.

Nos bairros, o que mais se destaca é a relação amistosa entre moradores e trabalhadores da limpeza. Isto, segundo os organizadores, tem contribuído significativamente para o sucesso do programa, já que aproxima o trabalhador da população e provoca a diminuição do preconceito existente em relação aos garis.

Quanto às dificuldades, elas estão sendo superadas no decorrer do tempo. A alta rotatividade de mão-de-obra vem sendo reduzida através de mudanças nos critérios de seleção. Atualmente as entrevistas para admissão procuram verificar a real necessidade do candidato, bem como a motivação que possui para o desempenho da função. O funcionário que é demitido ou que pede desligamento é impedido de ser reincorporado ao quadro de pessoal.

Conseguiu-se também uma sensível redução no número de faltas ao trabalho através da criação de incentivos como a destinação de cestas básicas aos trabalhadores assíduos. Em se tratando de frequência ao trabalho, o ganho mais positivo refere-se à diminuição do número de dias de licenças médicas concedidas por acidente, como resultado do investimento na contratação de técnicos de segurança para orientar os garis. O número de dias de licenças diminuiu de 300 durante ano de 1997, para 17 até o mês de julho de 1998.

13

Um problema que ainda persiste, e que por isso é objeto de rigoroso acompanhamento psicológico, refere-se ao consumo excessivo de bebidas e, em alguns casos mais extremos, ao alcoolismo.

O impacto do programa na relação com a sociedade civil

O programa trouxe algumas mudanças no que se refere à relação entre setor público e sociedade civil, principalmente no que se refere à temática ambiental. A primeira decorre do fato de a limpeza estar sendo realizada por pessoas que residem no próprio bairro, sendo, portanto, conhecidas pela maioria dos moradores. Segundo os garis, isso facilita um processo de integração e possibilita um maior zelo pelo espaço coletivo.

A segunda modificação decorre do aumento da consciência ambiental provocado pela implantação do Programa Autogestão. Há maior preocupação com os problemas decorrentes do manuseio inadequado e da destinação final dos resíduos sólidos. Os moradores, ao verificarem maior eficiência no sistema de limpeza da cidade, passaram a reclamar da ocorrência de despejo de entulho em dias que não há coleta desse material. Um outro aspecto que merece destaque consiste no interesse crescente, tanto de moradores como dos trabalhadores da limpeza em relação à obtenção de maiores informações sobre o uso adequado do lixo e sobre materiais recicláveis.

A prefeitura apressou-se em discutir um dos problemas ambientais mais graves do município, a destinação final dos resíduos em um lixão localizado às margens da principal fonte de recursos hídricos de toda a região, o Rio Piracicaba. Para resolver esse antigo problema, a prefei-

tura desapropriou uma outra área e já obteve licenciamento da Fundação Estadual de Meio Ambiente para a instalação de um aterro sanitário controlado.

Da possibilidade de replicação do programa

Iniciativas como a estudada são factíveis nos municípios com dimensões e população de portes pequeno ou médio e com uma grande capacidade organizativa da sociedade. A existência dessa experiência em Timóteo já provocou um grande fluxo de pedidos de informações sobre a metodologia de funcionamento do programa e já repercutiu na implantação de iniciativa similar no município de Coronel Fabriciano (89.091 habitantes) e em breve estará em funcionamento na cidade de Nova Era (18.306 habitantes)⁹.

Outras cidades, como Ipatinga (185.122 habitantes) e João Monlevade (61.703 habitantes)¹⁰, estão implementando sistema de limpeza pública que guardam similaridades com o Programa Autogestão. Convém destacar que todas as cidades citadas são vizinhas a Timóteo, o que demonstra que a repercussão dessa iniciativa ainda se restringe à região do Vale do Aço. Cidades como Betim, Uberaba e Uberlândia, apesar de terem solicitado informações, não aprofundaram os contatos iniciais.

A implantação de uma iniciativa similar nas grandes cidades brasileiras demandaria uma forte organização local nos bairros e também um grande empenho dos governantes para interferir num setor geralmente alvo de acordos políticos e de sensível corrupção.

Conclusões

O Programa Autogestão da Limpeza Pública apresenta muitas vantagens em relação ao modelo de limpeza urbana adotado anteriormente. Um de seus pontos fortes é o fato de possibilitar que a limpeza urbana seja realizada diariamente e não mais com escalas de dois dias por semana, como ocorria no período em que o sistema era administrado por uma empresa privada.

9. Os dados referem-se à população estimada e foram consultados no anuário estatístico do IBGE, 1994.

10. Idem.

As vantagens obtidas com a transferência de responsabilidade sobre os serviços vão além de uma maior eficiência na manutenção e limpeza da cidade. Essa iniciativa se desdobrou numa economia de cerca de 36% dos recursos que seriam destinados para a manutenção de um serviço com qualidade semelhante por parte de uma empresa privada. Além disso, houve um grande incremento no número de pessoas trabalhando em torno da realização e administração dos serviços. Os serviços realizados pela Empresa Ápia contavam com 185 empregados. Hoje o número de pessoas neste setor é de 389, contribuindo para enfrentar o desemprego no município.

Um outro grande impacto ocorre com o fortalecimento político das associações de bairro, que passaram a ter uma aproximação ainda maior com a população local. Com eleições unificadas, os moradores de Timóteo escolheram os novos presidentes das associações de bairro no mês de agosto de 1997. De um colégio eleitoral de cerca de 40.000 eleitores registrados no TRE, 17.304¹¹ participaram espontaneamente do processo eleitoral. Isso significa uma legitimação dos trabalhos que as entidades vêm desenvolvendo.

Há pontos positivos também no que se refere às parcerias desenvolvidas pelo programa com outros setores da administração pública e com a Fundação Acesita. No caso do poder público, este tem contribuído com a criação de cursos de alfabetização, nos quais os beneficiados são os trabalhadores da limpeza. A Fundação Acesita vem desenvolvendo, através do seu Departamento de Meio Ambiente, oficinas e cursos cujo o enfoque é a melhor adequação do lixo domiciliar e o estímulo à criação de hábitos alimentares mais saudáveis. Os beneficiários são os trabalhadores da limpeza e os alunos da rede escolar da cidade.

Todo esse conjunto de iniciativas tem obtido aprovação da sociedade local. Um radialista, que comanda o programa de maior audiência na emissora de rádio da cidade, diz que há muito tempo não ocorrem reclamações sobre a limpeza das ruas e procura destacar o fato de seu programa funcionar como um espaço de crítica dos moradores em relação a todos os problemas existentes.

Um líder religioso, ao ser entrevistado, procurou ressaltar não só o

16 fato de a cidade estar mais limpa como também o número de empregos que o programa gerou. Um vereador opositor disse que, no setor de limpeza pública, não se pode fazer críticas à prefeitura, pois a cidade “está muito mais limpa e a população está satisfeita com o trabalho que vem sendo desenvolvido”.

A iniciativa como um todo é extremamente positiva, mas poderia ser acompanhada da criação de políticas complementares, visando à mudança de postura em relação ao lixo gerado dentro das residências e no comércio. Os moradores já vêm se habituando a dispor o lixo domiciliar de forma organizada e sem riscos de que esse se espalhe pelas calçadas, aprendendo a respeitar o horário da coleta e a colaborar com os trabalhadores da limpeza.

O mesmo não se pode dizer dos comerciantes. Na região central é comum a presença de sacos de lixo, restos de materiais e algum tipo de entulho, dispostos inadequadamente na porta das lojas ao amanhecer. Não há uma legislação municipal que discipline esse mau comportamento. Em São Paulo, e em algumas cidades da área metropolitana, o lixo do comércio tem horário específico para ser disposto para coleta e o não-cumprimento dessa medida pode repercutir em multa.

A eficiência na manutenção da limpeza das ruas, como um reflexo do Programa de Autogestão, gerou um longo debate sobre a necessidade de o município destinar de forma adequada o lixo que produz. Esse debate concluiu pela necessidade de se instalar um aterro sanitário controlado. A partir disso, a prefeitura desapropriou uma área e obteve o licenciamento ambiental necessário para o empreendimento. O problema é a necessidade de se fazer pressão junto à cidade de Coronel Fabriciano, distante apenas 10 km, para que esta deixe de fazer uso desse mesmo lixão e divida com Timóteo a responsabilidade de dispor adequadamente o lixo no novo aterro, que terá todas as condições sanitárias exigidas pela legislação ambiental.

A replicação dessa iniciativa em outras cidades é possível e já vem ocorrendo. Seu sucesso, no entanto, depende de algumas particularidades, como determinada extensão territorial e densidade populacional, além de um ator social extremamente importante: a organização comunitária como protagonista e parceira.